Art. 45.º O curso de engenheiros maquinistas ou maquinistas da aviação compreende as disciplinas de motores, aerodinâmica e elementos de construção aeronáutica e a instrução prática julgada necessária.

Art. 46.º Terminada a instrução ministrada na Escola, os alunos engenheiros maquinistas ou maquinistas da aviação farão, depois de prévia autorização do Ministério da Guerra, estágios nas Oficinas Gerais do Material Aeronáutico (Alverca) e em laboratórios e fábricas de aviões e de motores no estrangeiro quando possível.

§ único. O 1.º comandante proporá superiormente a duração destes estágios.

SECÇÃO VII

Curso de artífices de aviação

Art. 47.º O curso de artífices de aviação tem por fim ministrar aos alunos artífices a instrução necessária ao fabrico e reparação de material aeronáutico nas oficinas dos centros de aviação naval.

Art. 48.º O curso de artífices de aviação compreende, além da instrução necessária para a sua preparação física, militar, naval e aeronáutica, as disciplinas de motores, tecnologia, elementos de aerodinâmica e de construção aeronáutica.

Ministério da Marinha, 10 de Agosto de 1939. — O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencout*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração de 4 de Agosto de 1939, e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea c) «Cargas e descargas» do n.º 4) «Abono para pagamento de serviços não especificados» do artigo 12.º «Diversos serviços», da classe «Pagamento de serviços», do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1939 com a importância de 70.000\$, a sair das seguintes dotações do mesmo artigo e classe:

1) Fôrça motriz	50.000\$00
4) Abono para pagamento de serviços não especificados:	
b) Tração em vias férreas	20.000\$00
	<u>70.000\$00</u>

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 7 de Agosto de 1939. — O Administrador Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 29:815

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinta a comissão arbitral criada pelo artigo 3.º do decreto-lei n.º 26:889, de 14 de Agosto de 1936.

§ 1.º As funções que competiam à referida comissão serão desempenhadas pelo Instituto Nacional do Pão, assistido por um representante da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (F. N. P. T.) e outro da Federação Nacional dos Industriais de Moagem (F. N. I. M.).

§ 2.º A apresentação de qualquer reclamação não dispensa o reclamante da entrega ou recebimento dos trigos nem do seu pagamento no prazo e pela forma legal.

Art. 2.º A taxa a que se refere o artigo 9.º do decreto n.º 26:276, de 27 de Janeiro de 1936, continua a ser de \$02(5) para os trigos da presente colheita.

Art. 3.º As percentagens de cinzas das farinhas não poderão exceder os seguintes limites: de 0,5 por cento para a farinha de 1.ª qualidade, de 1 por cento para a de 2.ª e de 0,85 por cento para a de tipo único.

§ único. Continua em vigor o disposto no artigo 5.º do decreto n.º 28:906, de 11 de Agosto de 1938, quanto aos limites de acidez, umidade e glúten das farinhas, umidade, acidez e cinzas do pão.

Art. 4.º Fica proibido o fabrico de massas de véspera e o isco depois de todos os refrescos não pode exceder 10 por cento de toda a farinha utilizada no fabrico do pão.

Art. 5.º As farinhas encontradas fora das áreas em que é permitido o seu consumo serão apreendidas e entregues à F. N. I. M., nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º do decreto-lei n.º 26:889, de 14 de Agosto de 1936.

§ 1.º No caso de terem sido consumidas fora das referidas áreas a apreensão será substituída por multa equivalente ao seu valor.

§ 2.º Os agentes fiscais da F. N. I. M. são competentes para exercer a fiscalização acêrca do destino legal das farinhas.

§ 3.º Os armazenistas ou comerciantes por grosso de farinhas são obrigados a escriturar sob a forma de conta corrente as compras e vendas de farinhas, com indicação dos fornecedores e destinatários, e a exhibi-la perante os agentes fiscais sempre que lhes fôr pedido.

Art. 6.º As farinhas destinadas ao consumo público serão acondicionadas em sacaria limpa e higiénica, fechada com selo de chumbo e com a marca correspondente à qualidade da farinha, tendo aposta uma etiqueta com o nome ou firma do fabricante e a data do fabrico.

§ 1.º O selo e a etiqueta só podem ser tirados pelo possuidor da farinha para sua utilização.

§ 2.º A falta do selo ou da etiqueta importa a apreensão da farinha, que terá o destino previsto no artigo anterior.

§ 3.º O disposto no parágrafo anterior não terá aplicação no caso de a falta de selo ou de etiqueta ser devida a facto estranho à vontade do possuidor da farinha e desde que o tenha participado à F. N. I. M. ou aos grêmios dos industriais de panificação.

Art. 7.º A escrita industrial e comercial das fábricas de moagem referida no artigo 17.º do decreto n.º 28:906, de 11 de Agosto de 1938, será organizada segundo as instruções da F. N. I. M., aprovadas em portaria pelo Ministro da Agricultura.

§ único. As emprêsas de moagem são obrigadas a enviar à Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, até ao dia 31 de Agosto de cada ano, o resultado da laboração total das suas fábricas respeitante ao ano cerealífero anterior e extraído do seu movimento mensal.

Art. 8.º O juízo competente para exigir o cumprimento das obrigações previstas no decreto n.º 27:283, de 24 de Novembro de 1936, será o da comarca de Lisboa.

Art. 9.º Os que possuírem fornos de cozer à maquia existentes à data da publicação do decreto n.º 18:820, de 5 de Setembro de 1930, ficam obrigados a enviar à